



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC nº 02.026/19

RELATÓRIO

Examina-se no presente processo a legalidade do ato do Presidente do Instituto de Previdência do Município de João Pessoa-PB, *Sr. Rodrigo Ismael da Costa Macedo*, concedendo Aposentadoria Voluntária, com Proventos Integrais a *Sr^a Lillian Félix Riveiro Alves*, matrícula nº 18.935-9, Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, que contava, à época, com 33 anos, 03 meses e 06 dias de tempo de serviço e idade de 53 anos. De acordo com o Órgão de Instrução desta Corte, foram preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos e achou-se correto o cálculo de proventos elaborado pelo órgão de origem.

O processo não foi previamente examinado pelo MPJTCE.

É o relatório.

Antônio Gomes Vieira Filho

Conselheiro - Relator

VOTO

Considerando a satisfação dos requisitos constitucionais, nos termos do Relatório da equipe técnica e do Parecer oral do Ministério Público Especial, voto para que a **1ª Câmara** do Egrégio **Tribunal de Contas do Estado da Paraíba** julgue legal o ato concessivo [Portaria nº 607/2018] e conceda-lhe o competente registro.

É o voto !

Antônio Gomes Vieira Filho

Conselheiro - Relator



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

1ª CÂMARA

Processo TC nº 02.026/19

Objeto: Aposentadoria

Interessado(a): *Sr^a Lillian Félix Ribeiro Alves*

Órgão: **Instituto de Previdência do Município de João Pessoa PB**

Gestor Responsável: *Rodrigo Ismael da Costa Macedo*

Procurador/Patrono: Não Há

Aposentadorias Voluntária, com Proventos Integrais. Preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos. Julgam-se legal o ato concessivo e correto os cálculos dos proventos elaborados pelo órgão de origem.

ACÓRDÃO AC1 – TC nº 0003/2020

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do **Processo TC nº 02.026/19** referente Aposentadoria Voluntária com Proventos Integrais da *Sr^a Lillian Félix Ribeiro Alves*, matrícula nº 18.935-9, Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, acordam os Conselheiros integrantes da **1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA**, à unanimidade, em sessão realizada nesta data, na conformidade do relatório e do voto do Relator, partes integrantes do presente ato formalizador, em **CONCEDER REGISTRO** ao referido ato aposentatório [Portaria nº 607/2018], tendo presentes sua legalidade, o tempo de serviço comprovado e os cálculos dos proventos efetuados pelo órgão de origem.

Presente ao Julgamento Representante do Ministério Público.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

TC- Sala das Sessões da 1ª Câmara, João Pessoa, 23 de janeiro de 2020.

Assinado 30 de Janeiro de 2020 às 09:02



Cons. Antônio Gomes Vieira Filho
PRESIDENTE E RELATOR

Assinado 30 de Janeiro de 2020 às 09:45



Luciano Andrade Farias
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO